

Juiz teme danos à reforma do Judiciário

Grampos preocupam presidente do TST

Carolina Brígido

• BRASÍLIA. Representantes do Poder Judiciário começam a emitir sinais de preocupação com a possível indicação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A CCJ terá que apreciar e votar em breve o texto da reforma do Judiciário. O presidente da Associação dos Juízes Federais Brasileiros (Ajufe), Paulo Sérgio Domingues, considerou ontem que seria altamente prejudicial se Antonio Carlos assumisse o cargo. Ele também pediu que o governo vete o nome do senador para liderar a Comissão de Constituição e Justiça enquanto as acusações de o líder baiano ter grampeado telefones de políticos do seu estado não estiverem completamente esclarecidas.

— Não se pode, a esta altura do campeonato, correr o risco de colocar à frente da CCJ uma pessoa que saiu do Senado sob denúncias graves e que, agora, é acusado de algo ainda maior. É inimaginável que alguém como ele esteja à frente da reforma do Judiciário. O governo do PT tem a obrigação de agir diferentemente de outros governos e não colocar pântanos quentes para abafar o caso. Estamos contrariados com a situação — desabafou o presidente da Ajufe.

As escutas telefônicas clandestinas preocupam também o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Francisco Fausto. Na semana passada ele pediu que a Polícia Federal revistasse todos os gabinetes do tribunal à procura de eventuais grampos. Nada foi encontrado.

— Isso é uma violência constitucional muito difícil de aceitar — disse.

No entanto, Francisco Fausto não defende ainda o voto ao nome de Antonio Carlos Magalhães para a Comissão de Constituição e Justiça.

— Como juiz, não posso pre julgar o caso. Dou a ele o benefício da dúvida.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado, considerou graves as acusações feitas contra o senador pelefista. Entretanto, ele defende que Antonio Carlos só seja afastado de suas funções no caso da abertura de alguma investigação interna do Senado contra o parlamentar. Se não for aberta sindicância, ou mesmo uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), não existem motivos para impedir que Antonio Carlos seja indicado para a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, na visão de Approbato.

— Ele foi eleito e tem legitimidade para ocupar o cargo — justifica o presidente da OAB.